

**Supremo Tribunal de Justiça**

**Processo nº 3798/20.6T8BRG.G1.S1**

**Relator:** MÁRIO BELO MORGADO

**Sessão:** 11 Maio 2022

**Votação:** UNANIMIDADE

**Meio Processual:** REVISTA

**Decisão:** NEGADA A REVISTA

## INTERPRETAÇÃO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

PENSÃO DE REFORMA    BANCÁRIO

## CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL

### Sumário

- I- A letra da convenção é não apenas o ponto de partida da interpretação, mas o limite da mesma;
- II- Se uma interpretação proposta não tiver o mínimo de apoio no teor literal da cláusula torna-se desnecessário recorrer a outros elementos, já que o recurso aos mesmos não permite fazer vingar tal interpretação, carecendo a mesma do referido mínimo de apoio na letra da cláusula.
- III - O número 3.º da cláusula n.º 136.ª do Acordo Coletivo de Trabalho para o sector bancário, ao referir no seu segundo segmento “entregando estes à Instituição a totalidade das quantias que receberem dos Serviços de Segurança Social a título de benefícios da mesma natureza”, pretende significar que os trabalhadores, na situação de reforma, só têm a obrigação de entregar as quantias que receberem dos Serviços de Segurança Social referentes ao período de tempo em que exerceram a sua atividade bancária e em que efetuaram descontos para a Segurança Social, na sequência da extinção da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários.
- IV- As expressões utilizadas na referida cláusula “a diferença entre o valor desses benefícios” na parte final do n.º 1, “benefícios decorrentes de contribuições para instituições ou Serviços de Segurança Social” no segundo segmento do n.º 2 e “benefícios da mesma natureza” na parte final do n.º 3, referem-se tão só às pensões, não se podendo afirmar que dos respetivos

textos resulte um mínimo de correspondência verbal que possa suportar a interpretação no sentido da introdução de um fator de ponderação que tenha a ver com o valor das contribuições efetuadas.

## **Texto Integral**

**Proc. n.º 3798/20.6T8BRG.G1.S1**

**MBM/JG/RP**

### **Acordam na Secção Social do Supremo Tribunal de Justiça**

#### **I.**

**1.** AA intentou a presente ação declarativa, com processo comum, contra o BANCO BPI, SA., pedindo a sua condenação:

a. A abater na sua pensão de reforma apenas as percentagens de 15,00% da pensão atribuída pela Caixa Geral de Aposentações e 55,55% da pensão atribuída pelo Regime Geral da Segurança Social;

b. A pagar todas as prestações de reforma em dívida, vencidas e vincendas, com efeitos a partir do mês de novembro de 2018, cujo valor líquido já vencido e determinado até ao mês de dezembro de 2019 é de € 745,87 (setecentos e quarenta e cinco euros e oitenta e sete cêntimos);

c. A pagar os juros de mora vencidos e vincendos a calcular à taxa legal supletiva desde o vencimento de cada pensão até integral pagamento e sendo os juros vencidos até à data da propositura da ação no valor de € 38,55 (trinta e oito euros e cinquenta e cinco cêntimos).

**2.** A ação foi julgada integralmente procedente na 1ª instância.

**3.** O R. interpôs recurso de revista *per saltum*, com as seguintes conclusões:

1. A interpretação das cláusulas regulativas de convenção coletiva de trabalho deve fazer-se de acordo com as regras de interpretação da lei, em particular de acordo com o disposto no artigo 9.º do Código Civil, como vem sendo entendimento da Jurisprudência, como recentemente foi defendido no

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 1/2019, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 55, de 19 de Março de 2019.

2. Na interpretação da cláusula 136.ª do ACT do sector bancário, deve atender-se aos seus elementos literal, sistemático, histórico e teleológico.

3. No que respeita ao elemento literal, a redação da cláusula 136.ª do ACT do sector bancário (cláusula que veio a ser substituída pela cláusula 94.ª do ACT do sector bancário) é clara nos dois aspetos que aqui relevam.

4. Primeiro, que nos casos em que benefícios da mesma natureza sejam atribuídos por Instituições ou Serviços de Segurança Social a trabalhadores que sejam beneficiários dessas Instituições ou seus familiares - como sucede com o Recorrido, a partir de 1.1.2011, dada a sua integração no regime geral de segurança social por imposição do Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro -, apenas será garantida, pelas Instituições de Crédito, a diferença entre o valor desses benefícios e o dos previstos no ACT - cfr. 2.ª parte do n.º 1 da cláusula 136.ª.

5. Segundo, que o benefício a “abater” é o que decorre de contribuições feitas no período de serviço contado pelo Banco para o cálculo da pensão a pagar por este, pois, como se refere no n.º 2 daquela cláusula estão em causa os benefícios decorrentes de contribuições.

6. A “pensão de abate” é, assim, o benefício do CNP pelo tempo de carreira ao serviço do banco (pensão teórica) que resulta das contribuições feitas no período em apreço, apurado segundo as regras do regime geral da segurança social, que são as regras aplicáveis ao cálculo do benefício a pagar pelo CNP e segundo as regras subjacentes ao cálculo da pensão da CGA no que respeita ao tempo de CGA.

7. A cláusula 136.ª alude, precisamente, ao benefício decorrente das contribuições com fundamento na prestação de serviço que seja contado na antiguidade do trabalhador.

8. Acresce ainda que, quando no Acordo Coletivo se pretendeu exprimir o critério pro rata temporis tal foi feito de modo particularmente claro e direto (n.º 3 da cláusula 98.ª) sem qualquer semelhança com a redação da analisada cláusula 94.ª.

9. O elemento sistemático é também conducente ao mesmo resultado interpretativo.

10. A norma em causa insere-se no sistema de previdência e, no caso concreto, na conjugação de dois regimes de previdência: o regime de segurança social do sector bancário e o regime geral de segurança social ou o regime de aposentação da CGA quando o banco conte tempo de CGA, como sucedeu no caso do Recorrido.

11. A cláusula reenvia para as regras de cálculo do regime geral da segurança

social e do regime da CGA no que respeita ao tempo de CGA contado pelo Banco. a fim de as utilizar e não se aproveitar os seus resultados.

12. A inserção sistemática da cláusula 136.<sup>a</sup> do ACT do sector bancário impõe a sua interpretação no sentido da aplicação das mesmas regras que servem para o cálculo da pensão do CNP e, no caso do Recorrido, porque o Banco lhe contou tempo de CGA, das regras de cálculo da pensão da CGA na parte respeitante.

13. Ao invés não há qualquer elemento do sistema que aponte para a interpretação que defende o Recorrido, ou seja, não há qualquer norma no sistema em que insere a cláusula 136.<sup>a</sup> do ACT do sector bancário e a cláusula 94.<sup>a</sup> que lhe sucedeu, que contenha norma para o cálculo de benefícios de pensão em razão de qualquer critério de *pro rata temporis*.

14. O montante da pensão do CNP é igual ao produto da remuneração de referência pela taxa global de formação da pensão e pelo fator de sustentabilidade, como resulta do disposto no artigo 26.<sup>o</sup> do Decreto-Lei n.<sup>o</sup> 187/2007, de 10 de Maio

15. E a remuneração de referência é definida no artigo 28.<sup>o</sup>, n.<sup>o</sup> 1 do Decreto-Lei n.<sup>o</sup> 187/2007, de 10 de maio, pela fórmula  $TR/(nx14)$ , em que TR representa o total das remunerações anuais revalorizadas de toda a carreira contributiva e n o número de anos civis com registo de remunerações, até ao limite de 40.

16. São estas as regras do sistema a que apela a cláusula 136.<sup>a</sup> do ACT do sector bancário e que, com recurso ao elemento sistemático, devem aplicar-se no apuramento da parte da pensão a pagar pelo CNP que há-de ser entregue pelo Recorrido ao Recorrente.

17. E são essas as regras aplicadas pelo Recorrente, para apuramento da “pensão de abate”.

18. Por fim, o elemento teleológico é particularmente relevante na tarefa interpretativa, pois a norma da cláusula 136.<sup>a</sup> do ACT do sector bancário tem por fim coordenar o percebimento de benefícios por trabalhadores submetidos a diferentes regimes de forma a impedir que, por força do mesmo período contributivo, o trabalhador possa ver-lhe atribuídos benefícios cumulados.

19. É uma expressão do princípio da não acumulação de prestações plasmado no artigo 67.<sup>o</sup>, n.<sup>o</sup> 1, da Lei de Bases da Segurança Social (Lei n.<sup>o</sup> 4/2007, de 16 de janeiro).

20. A não acumulação de prestações não pode alcançar-se com recurso, para a repartição da pensão a pagar pelo CNP, a um critério de “regra de três simples pura”.

21. Tal conclusão ofende diretamente o fim a que se propõe a cláusula 136.<sup>a</sup> do ACT do sector bancário e a cláusula 94.<sup>a</sup> que lhe sucedeu, que é,

precisamente, abater à pensão paga pelo Banco Recorrente, a pensão (ou parte de pensão) que for paga ao Recorrido pelo CNP que respeite ao tempo de Banco.

22. O entendimento do Recorrente é, de resto, o que conduz a um resultado mais equitativo.

23. É bom notar que a carreira extra-banco pode ser mais favorável ao trabalhador, o que sucede no caso das remunerações registadas nesse período serem superiores às registadas na carreira ao serviço do Banco.

24. Por isso, acrescenta-se, a este propósito, que o entendimento do Recorrente assegura, inclusivamente, que nesses casos, em que a pensão teórica extra-banco seja mais favorável ao pensionista (por as remunerações auferidas nesse período serem superiores), não veja este o seu benefício penalizado.

25. A questão não é meramente teórica, tendo sido objeto do douto Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 22/11/2017, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

26. Como sucedeu no caso julgado no referido douto Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 22/11/2017, em que estava em causa uma pensão da Caixa Geral de Aposentações e em que o Banco ali Réu reconheceu parte da carreira na CGA, verificou-se que as remunerações auferidas pelo trabalhador no período extra-banco eram superiores àquelas que auferira no período que o Banco lhe contara, tendo o Tribunal concluído que não era aplicável a regra de pro rata temporis, que aquele Banco aplicara.

27. O Tribunal da Relação de Évora acolheu o entendimento aqui defendido pelo Recorrente que, naquele caso, era favorável ao pensionista.

28. O elemento teleológico da norma não consente, assim, outra interpretação que não seja a que lhe dá o Recorrente.

29. A interpretação da cláusula 136.<sup>a</sup> do ACT do sector bancário e da cláusula 94.<sup>a</sup> que lhe sucedeu, com recurso aos elementos de interpretação literal, sistemático e teleológico, conduz ao resultado alcançado pelo Recorrente.

30. A interpretação preconizada pela douta Sentença recorrida olvida que para o cálculo do benefício pago pelo CNP concorre, nos termos do disposto no artigo 26.<sup>o</sup> do Decreto-Lei n.<sup>o</sup> 187/2007, de 10 de Maio, não só o tempo (por via da taxa de formação a pensão) mas também as remunerações (por via da remuneração de referência que é definida no artigo 28.<sup>o</sup>, n.<sup>o</sup> 1 do Decreto-Lei n.<sup>o</sup> 187/2007, de 10 de Maio, pela fórmula  $TR/(nx14)$ , em que TR representa o total das remunerações anuais revalorizadas de toda a carreira contributiva e n o número de anos civis com registo de remunerações, até ao limite de 40).

31. Em suma: porque a cláusula 136.<sup>a</sup> do ACT do sector bancário (tal como a cláusula 94.<sup>a</sup> do atual ACT do sector bancário) se refere expressamente a

benefícios decorrentes de contribuições para o regime geral de segurança social e porque o benefício pago pelo regime geral de segurança social (através do CNP) é apurado considerando, além do tempo de carreira contributiva (que determina a taxa de formação da pensão), os montantes das contribuições feitas ao longo da carreira contributiva (por via da determinação da remuneração de referência), torna-se imperioso calcular as duas pensões teóricas respeitantes a cada um dos períodos em causa e, em função desses resultados, repartir o benefício pago pelo CNP.

32. Entendimento que foi sufragado pelos doutos Acórdãos do Tribunal da Relação do Porto de 10/10/2016 e do Tribunal da Relação de Lisboa de 25/09/2017, que se juntaram aos autos.

33. Mais recentemente, e já posteriormente à mencionada douta Jurisprudência do Venerando Supremo Tribunal de Justiça, foi também este o entendimento versado nas três duntas sentenças proferidas pelo Tribunal Judicial da Comarca ..., Juízo do Trabalho ..., Juiz ..., de 20/02/2020 e de 01/10/2020, e Juiz ... de 25/04/2020, já juntas a estes autos.

34. E é também a douta opinião dos SENHORES PROFESSORES DOUTORES BERNARDO LOBO XAVIER e MARIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO expressa nos doutos Pareceres de Direito juntos aos autos.

35. O entendimento sufragado pelo Recorrido, viola também o disposto no artigo 63.º, n.º 4 da Constituição da República.

36. Ao remeter-se o cálculo da “pensão de abate” para uma “regra de três simples” está o Recorrido, inevitavelmente, a transferir para si, como pensionista, parte do benefício que o Banco deve abater à mensalidade que está obrigado a pagar, potenciando, ilegalmente e em afronta àquele comando constitucional, o benefício que a pensionista teria a receber se isoladamente lhe fosse considerada apenas a carreira contributiva extra-banco.

37. O efeito de tal entendimento é, efetivamente, a violação do preceito constitucional vertido no artigo 63.º, n.º 4 da Constituição da República que determina que “Todo o tempo de trabalho contribui, nos termos da lei, para o cálculo das pensões de velhice e invalidez, independentemente do sector de atividade em que tiver sido prestado.”.

38. A interpretação dada pelo Recorrido à cláusula 136.ª do ACT do sector bancário e à cláusula 94.ª do atual ACT do sector bancário, é, assim, materialmente inconstitucional por violação do artigo 63.º, n.º 4 da Constituição.

39. A douta Sentença recorrida deve, pelos fundamentos expostos, ser revogada, concedendo-se provimento ao Recurso e, conseqüentemente, absolvendo-se o Recorrente dos pedidos.

40. Ao decidir como decidiu, a douta sentença violou o disposto na cláusula

136.º do Acordo Coletivo de Trabalho do sector bancário (BTE n.º 3 de 22/01/2011 – data de distribuição: 24/01/2011) cláusula que veio a ser substituída, com redação similar, pela cláusula 94.º do Acordo Coletivo de Trabalho do sector bancário (BTE n.º 29 de 08/08/2016), os artigos 26.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de Maio e, bem assim, violou também o disposto no artigo 63.º, n.º 4 da Constituição da República Portuguesa.

4. O A. contra-alegou, defendendo a inadmissibilidade legal do recurso *per saltum*, por inverificação do pressuposto cumulativo previsto na alínea b), do n.º 1, do art.º 678.º, do CPC, que estabelece que o valor da sucumbência deverá ser superior a metade da alçada da Relação, e, prevenindo diverso entendimento, pugna pelo improvimento da revista.

5. O Ministério Público emitiu parecer no sentido de ser negada a revista, em parecer a que apenas respondeu o R., em linha com o antes sustentado nos autos.

6. Inexistindo quaisquer outras de que se deva conhecer officiosamente (art.º 608.º, n.º 2, in fine, do CPC ), para além da **questão prévia** de inadmissibilidade do recurso *per saltum* suscitada pelo A., em face das conclusões da alegação de recurso, a única **questão a decidir** consiste em saber se foi corretamente calculado o valor a abater na pensão de reforma do A., em face da cláusula 136ª do Acordo Coletivo de Trabalho para o sector bancário, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego - nº 20 (1ª Série), de 29 de Maio de 2011, em vigor quando o mesmo passou à reforma.

## **E decidindo.**

## **II.**

7. Com relevo para a decisão, foi fixada a seguinte matéria de facto (transcrição):

1. (...)

2. O autor foi admitido ao serviço do réu, como seu trabalhador, no dia 4 de abril de 1983;

3. No dia 1 de outubro de 2015, o contrato de trabalho do autor cessou por caducidade em consequência da passagem à reforma por velhice;

4. Na data em que passou à reforma, o autor tinha trinta e dois anos, cinco

- meses e vinte e sete dias de tempo de serviço na atividade bancária;
5. No período entre os meses de janeiro de 1973 e julho de 1975 e entre os meses de Setembro de 1975 e Abril de 1983, o autor prestou serviço na função pública e efetuou descontos para a Caixa Geral de Aposentações;
  6. No período entre os meses de junho de 1968 e setembro de 1971, o autor trabalhou fora da atividade bancária e efetuou descontos para o Regime Geral da Segurança Social;
  7. O autor requereu junto do Centro Nacional de Pensões a pensão unificada;
  8. Este pedido foi deferido, tendo sido atribuída ao autor a seguinte pensão:
    - Caixa Geral de Aposentações - € 134,63 (10 anos contributivos);
    - Regime Geral da Segurança Social - € 232,82 (9 anos contributivos).
  9. Esta pensão foi atribuída ao autor com efeitos a partir do dia 17 de novembro de 2018;
  10. No período entre o dia 4 de abril de 1993 até ao mês de dezembro de 2010, enquanto trabalhador do réu, o autor efetuou descontos para a Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários;
  11. A partir do mês de janeiro de 2011 até ao dia 1 de outubro de 2015, igualmente enquanto trabalhador do réu, o autor passou a efetuar descontos para o Regime Geral da Segurança Social;
  12. No período entre os meses de novembro de 2018 e dezembro de 2019, o réu abateu na pensão do autor relativamente à sobreposição com a Caixa Geral de Aposentações e o Regime Geral da Segurança Social os valores descritos no art. 41º da petição inicial;
  13. O réu outorgou o Acordo Coletivo de Trabalho do sector bancário publicado no Boletim do Trabalho e Emprego - nº 20 (1ª Série) de 29 de maio de 2011, que estava em vigor quando o autor passou à reforma;
  14. (...)

### **III.**

#### ***a) Questão prévia: admissibilidade do recurso per saltum.***

**8.** O valor da causa foi fixado em € 30,000,01.

A ação foi julgada totalmente procedente na 1.ª instância, pelo que o decaimento do recorrente é total, ou seja, coincidente com o valor atribuído à causa (superior a metade da alçada da Relação), sendo certo que, ainda que nos encontrássemos perante um caso de fundada dúvida acerca do valor da

sucumbência, sempre seria de atender somente ao valor da causa, nos termos do n.º 1 do art.º 629.º, do CPC.

Deste modo, verificado que está o condicionalismo previsto na alínea b), do n.º 1, do art.º 678.º, do mesmo diploma, improcede a suscitada questão prévia.

### **b) Quanto ao objeto do recurso.**

**9.** Os pedidos deduzidos nestes autos pelo autor, bem como a respetiva causa de pedir, coincidem, no essencial, com tudo aquilo que estava em causa noutros processos já julgados nesta Secção Social, nos quais foi demandado quer o mesmo réu, quer outras instituições bancárias.

Também a questão de fundo suscitada no presente recurso de revista coincide com as analisadas e julgadas pelos acórdãos do STJ proferidos em tais processos (em sede de recurso de revista), igualmente sendo coincidentes, no fundamental, os articulados das ações e as alegações de recurso apresentadas - v.g., entre vários, os Acórdãos desta Secção Social de 08.06.2021, P. 2276/20.8T8VCT.S1, de 29.09.2021, P. 17792/19.6T8PRT.P1.S1, de 23.06.2021, P. 2115/20.0T8VFR.S1, e de 29.09.2021, P. 23235/19.8T8LSB.L1.S1.

Dada a similitude dos processos, quer no aspeto factual, quer no plano da argumentação jurídica desenvolvida pelas partes, passamos a reproduzir a fundamentação expendida no sobredito aresto de 08.06.2021, a que por inteiro aderimos:

“(…)

*A mencionada cláusula 136.ª do ACT do setor bancário tinha o seguinte teor:*

*Cláusula 136.ª*

*“Âmbito*

*1. As Instituições de Crédito, por si ou por serviços sociais privativos já existentes, continuarão a garantir os benefícios constantes desta Secção aos respetivos trabalhadores, bem como aos demais titulares das pensões e subsídios nela previstos. Porém, nos casos em que benefícios da mesma natureza sejam atribuídos por Instituições ou Serviços de Segurança Social a trabalhadores que sejam beneficiários dessas Instituições ou seus familiares, apenas será garantida, pelas Instituições de Crédito, a diferença entre o valor*

*desses benefícios e o dos previstos neste Acordo.*

*2. Para efeitos da segunda parte do número anterior, apenas serão considerados os benefícios decorrentes de contribuições para Instituições ou Serviços de Segurança Social com fundamento na prestação de serviço que seja contado na antiguidade do trabalhador nos termos das Cláusulas 17.ª e 143.ª.*

*3. As Instituições adiantarão aos trabalhadores abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social as mensalidades a que por este Acordo tiverem direito, entregando estes à Instituição a totalidade das quantias que receberem dos serviços de Segurança Social a título de benefícios da mesma natureza.”[...]*

*É a partir da interpretação desta cláusula e invocando os elementos literal, sistemático e teleológico que o Recorrente conclui que “a “pensão de abate” é, assim, o benefício do CNP pelo tempo de carreira ao serviço do banco (pensão teórica) que resulta das contribuições feitas no período em apreço, apurado segundo as regras do regime geral da segurança social, que são as regras aplicáveis ao cálculo do benefício a pagar pelo CNP” (Conclusão 6.ª), defendendo também que “porque a cláusula 136.ª do ACT do sector bancário (tal como a cláusula 94.ª do atual ACT do setor bancário) se refere expressamente a benefícios decorrentes de contribuições para o regime geral de segurança social e porque o benefício pago pelo regime geral de segurança social (através do CNP) é apurado considerando, além do tempo de carreira contributiva (que determina a taxa de formação da pensão), os montantes das contribuições feitas ao longo da carreira contributiva (por via da determinação da remuneração de referência), torna-se imperioso calcular as duas pensões teóricas” (Conclusão 25.ª).*

*Este Tribunal tem reiteradamente afirmado que a interpretação da parte normativa das convenções coletivas deve seguir as regras da interpretação da lei.*

*A este respeito o artigo 9.º do Código Civil, embora afirme no seu n.º 1 que a interpretação não deve cingir-se á letra da lei, afirma, depois, que “não pode, porém, ser considerado pelo intérprete o pensamento legislativo que não tenha na letra da lei um mínimo de correspondência verbal, ainda que imperfeitamente expresso” (n.º 2) e que “na fixação do sentido e alcance da lei, o intérprete presumirá que o legislador consagrou as soluções mais acertadas e soube exprimir o seu pensamento em termos adequados” (n.º 3).*

*A letra da lei – aqui a letra da cláusula da convenção – é não apenas o ponto de partida da interpretação, mas o limite da mesma, o que é de particular importância nesta sede já que as partes de uma convenção não devem obter pela interpretação da convenção pelo tribunal o que não lograram obter nas negociações.*

*Ora da letra da cláusula resulta tão-só a garantia de benefícios pelas instituições de crédito, sendo que caso benefícios da mesma natureza sejam atribuídos por Instituições ou Serviços de Segurança Social, aos trabalhadores e seus familiares, as instituições de crédito apenas garantirão a diferença entre o valor desses benefícios e o valor dos benefícios previsto no ACT. Por outro lado, e para o cálculo desta diferença apenas são relevantes os benefícios decorrentes de contribuições para Instituições ou Serviços de Segurança Social respeitantes a períodos que contam para a antiguidade do trabalhador ao serviço das instituições de crédito.*

*A cláusula refere-se única e exclusivamente ao valor dos benefícios o que, obviamente, e como este Tribunal teve já ocasião de referir, não coincide (nem se confunde) com o valor das contribuições [...]. E quando se refere no seu n.º 2 às contribuições é para mandar atender aos benefícios decorrentes das contribuições em um determinado período e, portanto, para esclarecer qual o período de tempo relevante – o período de tempo relevante para a antiguidade do trabalhador ao serviço da instituição de crédito, mas em que houve contribuições para outras instituições ou serviços de Segurança Social.*

*Em suma, a cláusula nunca refere o valor das contribuições. E partindo da presunção do legislador que se sabe exprimir adequadamente há que concluir que não se pretendeu atribuir qualquer relevância ao valor em concreto dessas contribuições. Acresce que não há qualquer remissão para o Decreto-Lei n.º 187/2007, nem qualquer referência ao cálculo de duas pensões como pretende o Recorrente.*

*Uma vez que a tese do Recorrente não tem o mínimo de apoio na letra da cláusula, como, aliás, este Tribunal já teve ocasião de afirmar recentemente [...], torna-se desnecessário apreciar os outros argumentos aduzidos, já que os mesmos não poderiam fazer vingar uma interpretação sem esse arrimo mínimo.*

*Acrescente-se, apenas, que não se vislumbra qualquer inconstitucionalidade nesta cláusula a qual se limita a cumprir o desiderato constitucional do*

*aproveitamento integral de todo o tempo de trabalho [...] para o cálculo da pensão (artigo 63.º n.º 4 da Constituição).”*

**10.** Perante a sólida e exaustiva fundamentação transcrita, não se vislumbra qualquer necessidade/utilidade em proceder a desenvolvimentos argumentativos adicionais, igualmente se concluindo no sentido da improcedência da revista.

#### **IV.**

**11.** Em face do exposto, confirmando a sentença recorrida, acorda-se em negar a revista.

Custas pelo recorrente.

Lisboa, 11.05.2022

*Mário Belo Morgado (Relator)*

*Júlio Manuel Vieira Gomes*

*Ramalho Pinto*